



# Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### TELECARTA:

PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
SATISFAÇÃO LEVAR VOSSO CONHECIMENTO VG ESTA  
CAMARA APROVOU POR UNANIMIDADE VG MOÇÃO DE  
PROTESTO CONTRA PROPALADOS DOIS TURNOS VG  
POR CONSIDERAR ABRA ASPAS MAIS UM NEFASTO  
CASUISMO VG TAL QUAL A PRORROGAÇÃO DOS MAN-  
DATOS QUE TANTO MAL TROUXE A CLASSE POLITICA  
PERANTE A OPINIAO PUBLICA FECHA ASPAS PT SAU-  
DAÇÕES

EDONY PRESTES PEDROSO PRESIDENTE CAMARA  
MUNICIPAL SANTA HELENA-PARANA  
— Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO, NA CAPITAL PAULISTA, DA SENHORA SARA RACHEWSKY OSNA, OCORRIDO

NO DIA 19 DO CORRENTE MÊS.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora SARA RACHEWSKY OSNA, ocorrido no sábado passado, na Capital paulista.

A Senhora SARA RACHEWSKY OSNA possuía um largo círculo de amizade, graças à sua alegria de viver e de servir, deixando, com seu falecimento, uma enorme saudade no coração daqueles que tiveram a ventura de conhecê-la.

Mãe de família exemplar, irá reunir-se agora ao seu querido esposo José e ao seu sempre lembrado filho Sérgio, deixando uma imensa saudade nos seus filhos Cíntia, Meri, Enéias, Susi e Bayard e nos seus netos.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa do Sr. BAYARD ROSA OSNA.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 17/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 17/81, de sua autoria, que trata sobre liberação de área de terreno doada pelo Estado ao Município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 93/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA o Projeto de Lei n.º 93/81, de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 6.º, da Lei n.º 6407, de 11/06/73 - (Alteração sobre a denominação e estrutura do IPARDES).

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER envio da publicação ao Ministro do Planejamento, Ministro das Minas e Energia e Presidente da COPEL, recorte de publicação no jornal "Gazeta do Povo" referente à reclamação de empresário sobre energia elétrica.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente aos órgãos do Governo Federal e Estadual acima enunciados, anexando recorte do jornal "Gazeta do Povo" que publica carta do empresário Renato Veiga, historiando a alta das tarifas de energia elétrica que vem angustiado os empresários paranaenses.

Cumpra observar das explicações do empresário que em 12 meses, o aumento teve um custo real de 146,253%, além da taxa inflacionária, o que, aliás, não é concebível.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

# REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER apelo ao Governo Federal que estabeleça um programa especial para eletrificação das áreas rurais no Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER que esta Casa dirija apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da PETROBRÁS e Presidente da Itaipu Binacional, no sentido de que o Governo Federal implante no Paraná um programa especial de eletrificação rural, capaz de acelerar o ritmo da atividade agropecuária e superar o desequilíbrio existente no setor energético entre o nosso Estado e as unidades federais vizinhas.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

## JUSTIFICATIVA:

Um dos temas que mais vem apaixonando a opinião pública paranaense é a questão pertinente às extensas áreas que o Estado perderá com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, consideradas as mais férteis e que, além de ocasionar a expulsão de centenas de famílias de lavradores agravando o problema do êxodo rural, também influirá na queda da produção agrícola em volume estimado em torno de duzentos mil toneladas anuais, com nítidos reflexos na Receita Pública.

Nos acordos firmados entre Brasil e Paraguai, de que resultou a constituição da Itaipu Binacional, estabelecido numa das cláusulas, o ressarcimento ao Estado que contribui com seu território pelos evidentes danos advindos do importante empreendimento.

Há contudo, uma justificável apreensão em que tal dispositivo não alcance, por energia, a desejável eficácia. Daí porque, temos assistido oportunos movimentos em defesa dos altos interesses paranaenses, onde se destaca a campanha promovida pelo jornalista FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA, Diretor do Jornal "Gazeta do Povo" e cuja tese em favor de "Energia a O-KW" merece nosso integral apoio. Contudo, sem prejuízo a essa e tantas outras iniciativas com o mesmo elevado sentido, desejamos proporcionar ao Governo Federal a elaboração e execução de um dinâmico programa especial de eletrificação rural em nosso Estado que venha estimular o desenvolvimento agropecuário a reduzir os níveis de desequilíbrio em que nos encontramos em relação às unidades federativas vizinhas.

Para exemplificar alinhamos estes dados: enquanto Santa Catarina dispõe de 23 por cento de energia elétrica nas áreas rurais, o Rio Grande do Sul dispõe de 19 por cento e São Paulo com 20 por cento, o Paraná tem apenas 7,3 por cento, entretanto, somos os maiores produtores de grãos de todo o Brasil.

É dispensável esgotar óbvios argumentos sobre o que representaria para o nosso Estado, energia elétrica em volume igual a Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Paradoxalmente estamos vendo a construção aqui em nossa terra da maior hidrelétrica do mundo, ao preço do sacrifício da nossa gente, despojada de seus campos, e dos enormes prejuízos à economia do Estado.

Tão graves danos precisam ser reparados, de qualquer forma.

# REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER Pedido de Informações ao Poder Executivo.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja endereçado Pedido de Informações ao Poder Executivo, baseado nas seguintes indagações:

1. Qual a capacidade de geração de energia das usinas hidrelétricas de Foz do Areia e Salto Santiago?
2. Qual a atuação-geração de energia das referidas hidrelétricas?
3. Em caso de produção inferior à capacidade, qual seriam os prejuízos do Estado do Paraná?
4. Por que razão o "linhão" condutor da energia proveniente de Itaipu não cumpriu seu cronograma que prevê sua interligação com a CESP no Vale da Ribeira?
5. Qual a estimativa, em termos de perdas em ICM, das áreas cultiváveis inundadas pelas hidrelétricas construídas ou em construção, nos últimos cinco anos, no Estado do Paraná?

Consta, Sr. Presidente, que as usinas de Santo Santiago e Foz do Areia foram dimensionadas para gerar 3 milhões e 200 mil quilowatts de energia e que apenas cinquenta por cento da mesma estão saindo de seus geradores. Se há sobras de energia qual seria a razão plausível para o dimensionamento dessas usinas? Afinal de contas, o Paraná não possui terras agricultáveis de sobre para ceder em seu território. A se confirmar esta ociosidade energética as terras paranaenses foram sacrificadas por nada.

Quando ao "linhão" de Itaipu, gostaríamos de saber qual a razão pela qual o mesmo ainda não chegou ao local previsto. Sabemos que o seu correspondente da CESP, em São Paulo, está pronto para receber a energia naquele Estado. É preciso que estes fatos sejam esclarecidos.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER que esta Assembléia Legislativa delibere no sentido de manifestar irrestrito apoio à candidatura do ilustre Desembargador LUÍS RENATO PEDROSO à Presidência da ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL, oferecendo-lhe, em consequência, toda a forma de colaboração possível, na conquista dessa posição de alta relevância para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

## JUSTIFICATIVA:

O Paraná, apesar de sua condição de responsável pelo maior volume de exportações agrícolas brasileiras e de, ultimamente, ceder expressiva parcela de seu rico território ao represamento de rios com finalidades energéticas de interesse regional, não participa, na mesma medida, do Poder Nacional.

Excetuada a representação política institucionalizada, os recursos humanos paranaenses, da melhor qualidade, têm sido confinados nos estritos limites do Estado, por falta de uma ação conjunta de todos os paranaenses, no sentido de romper as barreiras da discriminação.

Em todos os setores da atividade, o Paraná conta com expoentes reconhecidamente habilitados a contribuir para o desenvolvimento do País, assim como já contribui em termos materiais.

É o caso típico da candidatura do ilustre Desembargador

LUÍS RENATO PEDROSO, cujos méritos de magistrado probo e culto, jovem e idealista, muito poderá fazer pelo aprimoramento das instituições judiciárias de nossa Pátria.

Depende, apenas, do apoio e do trabalho aplicado que os órgãos políticos, sociais e culturais, representativos, da vontade paranaense de influir nos destinos do Brasil, se associem nessa promissora candidatura que ora propomos seja espalmada por este Poder.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando que os mesmos estudem a possibilidade de ISENTAREM de correção monetária os débitos para com a Previdência Social, nos moldes da Lei n.º 6.944/81, de 14/09/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando que os mesmos estudem a possibilidade de ISENTAREM de correção monetária os débitos para com a Previdência Social, nos moldes da Lei n.º 6.944, de 14 de setembro de 1981.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

##### JUSTIFICATIVA:

As necessidades prementes da Previdência Social para equilibrar seu orçamento e cobertura de déficit tem sido o motivo de estudos, inclusive aquele que previa o aumento das alíquotas tanto para os contribuintes empregadores como empregados. Outro foi a redução de alguns benefícios que os segurados da Previdência possuíam, como também, o maior controle das aplicações financeiras pelo Ministério, mas entendemos que a Previdência tem ainda, uma fonte que é exatamente seus devedores confessos ou omissos, os quais poderiam liquidar seus débitos se a correção monetária não incidisse sobre os débitos originários, pois, todos sabemos das dificuldades hoje enfrentadas por toda a classe empresarial brasileira, que realmente não tem condições de arcar com esse ônus, para liquidar seus débitos. Daí, a presente solicitação que resolveria dois problemas: o da previdência e o do contribuinte.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário do Interior bem como à Presidência das Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, reivindicando a instalação de uma Central Telefônica com 15 (quinze) terminais na localidade de Santa Cruz do Ocoi, no Município de São Miguel do Iguaçu.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente ao Sr. Prefeito Municipal e aos integrantes da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

##### SÚMULA:

REQUER desta Casa de Leis, apoio à posição do Presidente da Comissão Nacional de Energia, Aureliano Chaves, que afirmou que a PETROBRÁS terá o monopólio da exploração do xisto.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER apoio desta Casa de Leis, à posição do Presidente da Comissão Nacional de Energia, Aureliano Chaves, que afirmou que a PETROBRÁS terá o monopólio do xisto. A posição de Aureliano Chaves contrasta com a de outros setores do Governo, incluindo o Ministério das Minas e Energia, que pretendem excluir o xisto do monopólio e assim facilitar sua entrega à exploração de grupos econômicos estrangeiros.

Requer envio de cópia ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, Aureliano Chaves.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

##### JUSTIFICATIVA:

A Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, iniciou, no mês passado, um intenso trabalho em favor da inclusão do xisto entre os produtos sob a proteção e controle do monopólio estatal do petróleo. Levantou farta documentação que demonstra o mesmo entendimento no passado, pelos governos anteriores a 1964. Expôs os interesses nacionais em jogo, combatendo desta forma, a argumentação até então oficial de que o xisto poderia ser negociado livremente.

##### CONTRADIÇÕES.

O pronunciamento do Presidente da Comissão Nacional de Energia e Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, revela contradições no seio do governo sobre a questão. Ao mesmo tempo, o Ministro das Minas e Energia, o Presidente da PETROBRÁS, e outros setores do governo, continuavam a defender a entrega do xisto à exploração estrangeira.

O Brasil desenvolveu, no Paraná, uma tecnologia de exploração do xisto com fonte energética, investindo grandes recursos na usina protótipo de São Mateus. Fez também, o levantamento acurado de suas jazidas. Nada justifica entregar nossos recursos e nossa tecnologia ao capital monopolista estrangeiro. Só o entreguismo, marca da política econômica do Governo, pode estimular uma atitude deste tipo.

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 101/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O inciso III, do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 140 — . . . . .

III — se houver exercido, por um período não inferior a quatro anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão e/ou função gratificada, com o valor do vencimento do cargo em comissão e/ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses".

Art. 2.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) FUAD NACLI

##### Apoioamento:

Gilberto Agibert Filho, José Domingos Scarpelini, Nestor Baptista, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Cotrim, Lineu Turra, Romero Filho, Ezequias Losso, Renato Bernardi, Gilberto Caryalho, Antônio Facci, Aírton Cordeiro, Werner Wanderer, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque,

Valduga, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto de Oliveira, Aguinaldo Pereira Lima, Renato Bueno, Pinto Dias, Gabriel Manoel, Adalberto Daros, David Cheriegate, Túlio Zanchet, Basílio Zanusso, Trajano Bastos, Nelson Buffara, Jurandir Messias, Palácios, Leônidas Chaves, Egon Pudell, José Tavares, Del Ciel, Edilson Alencar, Waldyr Pugliesi, José Domingos, Cyro Martins, Paulo Camargo, Nilso Sguarezi, Augusto Carneiro, Francisco Escorsin e uma assinatura ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto visa a redução de cinco para quatro anos o período de aquisição do direito de o funcionário aposentar-se com os vencimentos do cargo em comissão por esse tempo desempenhado.

A razão da iniciativa encontra-se no fato de que os mandatos do Poder Executivo, bem como do Poder Legislativo têm a duração de quatro anos, período em que o funcionário exerce cargo de confiança.

Assim, não é justo exigir-se que esse período seja de cinco anos, a não ser que os referidos mandatos fossem igualmente de cinco anos.

O restante do dispositivo está redigido exatamente igual ao inciso II, do Art. 73, da Lei n.º 7.050, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre o Estatuto da Coordenadoria da Receita do Estado.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 102/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE-SANEM”, com sede e foro na Cidade de Medianeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense é uma entidade assistencial com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e tem por finalidade precípua a prestação de auxílio a pobres e inválidos; a proteção de menores desamparados; o internamento de doentes ou parturientes; orientação espiritual e religiosa, a alfabetização e o ensino de ofícios e artesanato.

Presta, ainda, especial atenção aos mendigos e pessoas carentes que necessitam apoio moral, social e econômico para se levantarem, incentivando a participação no seu próprio desenvolvimento e a participação ativa dentro da comunidade.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, devidamente estudada, demonstra que a entidade, que ora pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei que regula a matéria, razão porque, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e sua tramitação nesta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI N.º 103/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Guarda Mirim de Umuarama, órgão componente da Associação Regional de Assistência ao Menor, com sede e foro naquele município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública, a Guarda Mirim de Umuarama, órgão pertencente e componente da Associação Regional de Assistência ao Menor de Umuarama- ARAM, cujos propósitos e fins a que se destinam, encontram-se claramente determinados através da documentação anexa ao presente, e, através da qual poder-se-á constatar a perfeita consonância dos mesmos, com vistas ao atingimento da presente proposição, razão pela qual, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI N.º 104/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Os atuais professores não pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, nos termos da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, bem como o Pessoal do Ensino Superior, que contem com mais de quinze anos de serviço público, poderão aposentar-se com proventos proporcionais ao respectivo tempo de serviço.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

Os integrantes da categoria funcional, referida no Art. 1.º, do projeto, encontram-se em situação de inteira marginalidade, no setor do magistério estadual. Incluídos em Quadros Suplementares, por definição desinteressantes para o Estado, recebem tratamento discriminatório em todos os sentidos e, assim, não é justo manter esse pessoal sem horizonte profissional.

A medida não é nova. A Lei Complementar Federal n.º 29, de 05 de julho de 1976, dispõe de forma semelhante, com acolhimento geral, em relação a servidores desajustados em função de reestruturação.

Assim, face à justiça de solução e do precedente federal, espera-se a anuência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se nenhum atraso ocorrer, o Brasil ingressa amanhã entre os países possuidores da energia nuclear. Entra em funcionamento o primeiro reator nuclear em Angra dos Reis, apesar de todos os protestos e manifestações da Nação brasileira, que não avalisou e provavelmente jamais apoiará uma iniciativa tão impopular. Estamos colocando em nosso solo não mais um passo para a soberania nacional. Estamos é aumentando nosso grau de dependência. Todos os argumentos usados pelo Governo Geisel para a compra da tecnologia alemã caíram por terra, e, mais uma vez, mesmo no período da maior crise econômica, estamos a alimentar aquilo que parece se constituir em mais uma louca aventura.

Já se passaram quase dez anos, senhores. Dez anos da decisão que não consultou o povo brasileiro, e que definiu um novo caminho, que custará 18 BILHÕES DE DÓLARES até 1995, dinheiro que o País não possui. Já gastamos, nesta tresloucada decisão, 210 bilhões de cruzeiros, e ainda não temos nenhum dado que nos garanta a posse da tecnologia. Não temos sequer o direito de opinar na principal subsidiária da NUCLE-

BRÁS, a NUCLEN, que, embora soe absurdo, está nas mãos dos alemães.

O País já sustentou algumas aventuras. Construiu pontes para alimentar vaidades, como a Rio-Niterói; estradas como a Transamazônica, e tudo que constava no segundo PND, que revelava o projeto Brasil Potência. E estamos, agora, também a alimentar vaidades na área energética, embora a principal argumentação de Ernesto Geisel, ao justificar a assinatura do acordo nuclear, já não tenha mais validade. A principal tônica deste histórico discurso revelava que o Brasil necessitaria mais e mais de energia elétrica. Dava dados de crescimento baseados, obviamente, no período do ufanismo do milagre, base para a crise atual. Dizia o ex-Presidente que sem a energia nuclear, o Brasil estaria num beco sem saída.

Hoje, ironicamente senhores, podemos constatar outro quadro. Apenas 9 anos depois o País não consome sequer a energia elétrica que produz, está construindo Itaipu, Tucuruí e outras usinas. E, segundo estudos abalizados, mesmo que o País tivesse a cada ano aumento de 10 por cento no consumo, até 1990, ainda teria energia elétrica para conter as necessidades internas.

Uma prova de que a argumentação era falsa, é a estimativa da própria ELETROBRÁS, que prevê, para este ano, uma queda de 50 por cento no ritmo de crescimento de consumo de energia elétrica; embora se estimasse que o aumento mensal fosse de 10 por cento, não chegamos sequer a 5 por cento.

A produção energética do País no ano passado foi o equivalente a 9 bilhões de dólares, correspondentes à importação de petróleo. E, segundo o relatório de 1980 da ELETROBRÁS, o consumo nacional de energia de 1980 atingiu a 120 mil o consumo. Atingiu a 120 mil, 720 GWH, dos quais 92,4 por cento de origem hidráulica, equivalentes a 751 mil barris x dia de petróleo.

Agora, diante do enterro das argumentações que justificaram o deplorável Acordo-Nuclear Brasil-Alemanha, o País, através de seus atuais governantes, busca outras. Passa a ser apresentado pelo Governo com uma nova máscara. Fala-se em soberania nacional; fala-se na importância de estar o Brasil entre os detentores da tecnologia. Não se toca mais nos dados de crescimento das necessidades energéticas; não se toca na queda do consumo de petróleo, que é hoje expressiva, e busca-se outro palavreado político.

Como a própria argumentação inicial, esta também está revestida de mentiras. O Brasil não necessita de energia nuclear para estar em igualdade de condições com a Argentina; o Brasil não detém nem deterá, se o acordo-nuclear for mantido, a tecnologia nuclear. O Brasil sequer tem o direito de opinar sobre o projeto nas condições atuais.

Sabemos que a transferência da tecnologia atômica é um dos pontos mais polêmicos desta discussão. Sabemos que a principal subsidiária da NUCLEBRÁS, a NUCLEN, responsável pela engenharia de reatores, as duas principais diretorias - técnica e comercial - são representadas pela KWU, empresa alemã associada à NUCLEN.

Isto, senhores, apesar de deter apenas 25 por cento do capital. Tem, entretanto, o poder de veto, justamente nas questões que exigem unanimidade. E o conselho técnico, com apenas um brasileiro, sem direito a voto, resume a participação do País nas decisões.

Foi principalmente esta desproporção no poder que levou os técnicos brasileiros mais conscientes a abandonar o projeto. Sabe-se que sem o domínio da tecnologia (já que algumas fases da construção ficam em "pacotes lacrados" e incompreensíveis ao nível dos nossos técnicos) jamais será dos brasileiros. Estamos, mais uma vez nos atrelando ao estrangeiro. Estamos aceitando a construção de uma usina - uma não, oito - nuclear em nosso território, mesmo que a tecnologia da Alemanha seja questionada pelos outros países na era nuclear.

Hoje engolimos sapos, quando um dos países da Europa mais carentes de energia, como a França, que já possui 18 usinas, [t]itubeia, e atrasa seus projetos. A quem quer enganar o Governo brasileiro então?

Entrega-se mais um pedaço do País. Que mal faz para quem já está dando, de bandeja, Carajás, Jari, etc. Para eles não há diferença.

Nós exigimos, entretanto, uma revisão, precedida da paralisação do projeto nuclear. O povo brasileiro tem o direito de opinar sobre seu futuro. Não podemos alimentar vaidades, principalmente quando estão calcadas em enriquecimentos pessoais, em corrupção e agressão a todo um povo. Que se pare com esta aventura louca, que entrega o País; que engana os brasileiros; que nos afunda na incerteza!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Poder Judiciário, ao longo destes anos de obscurantismo em que as Constituições do Brasil foram absolutamente marginalizadas pelo movimento que se convencionou chamar de "Movimento Revolucionário", e não só o Judiciário como também o Legislativo, passaram a ser dependentes do Poder Executivo.

Nos movimentos de juízes, feitos nestes últimos dias, já no início do mês de setembro, buscava-se a reivindicação da interdependência dos Poderes constituídos e uma das reclamações dos Magistrados cinge-se, especialmente, na correção de valores para buscar um redimensionamento da perda do poder aquisitivo da moeda. Vale dizer, até o Poder Judiciário está fazendo uma espécie de "greve branca" para readquirir a sua independência, que é uma condição "sine qua non", para a distribuição da Justiça.

Sr. Presidente, fala-se muito na reclassificação de cargos do Poder Judiciário. E há questão de uns três meses, vem o Judiciário propondo ao Poder Executivo, a possibilidade de um reenquadramento do seu quadro de funcionários. E as Secretarias ligadas ao setor econômico, a despeito de receber do Poder Judiciário, planos de reclassificação, metem as mãos pelo meios destes projetos e altera a sua substância, numa absoluta invasão de competência, sem sequer prestar a devida e respeitosa homenagem à harmonia dos Poderes.

Mais uma vez, o Poder Judiciário, vem se abaixando e vem ministrando os seus negócios internos, através do acanhamento e da dependência do Poder Executivo.

Tenho, Sr. Presidente, a informação de que o eminente Presidente do Tribunal de Justiça, em recente reunião com o Conselho Superior da Magistratura, teria dito que aguardava do Poder Executivo, a remessa da Mensagem ainda na última sexta-feira. E que a partir de então, o Poder Judiciário passaria a adotar a sua norma prevista na Constituição; que é de tratar os negócios de assunto funcionalidade, através de remessas de anteprojeto de lei, à apreciação do Poder Legislativo.

E o que viemos fazer agora, Sr. Presidente, para concluir, é dizer pelo menos do lado da Oposição, do partido da Oposição, do PMDB, dizer ao Presidente do Tribunal de Justiça, que exerça com plenitude, a autonomia e a independência de tratar dos seus negócios internos e remeta para esta Assembléia Legislativa, o quadro de reclassificação dos seus servidores, porque o assunto não tem pertinência com o Poder Executivo. O Executivo que trate dos seus assuntos e deixe que o Judiciário se torne, não só independente, mas também autônomo em si, e harmônico na constituição dos três Poderes.

E esta Assembléia dará o respaldo adequado, como deu aos servidores do Poder Legislativo, toda aquela estrutura que

precisa à sua funcionalidade, tratando assim de dar pleno funcionamento à prestação jurisdicional a que está submetido o próprio Poder Judiciário.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos na tribuna para justificar um requerimento de nossa autoria, vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja endereçado Pedido de Informações ao Poder Executivo, baseado nas seguintes indagações:

1. Qual a capacidade de geração de energia das usinas hidrelétricas de Foz do Areia e Salto Santiago?
2. Qual a atuação da geração de energia das referidas hidrelétricas?
3. Em caso de produção inferior à capacidade, qual seriam os prejuízos do Estado do Paraná?
4. Por que razão o “linhão” condutor da energia proveniente de Itaipu não cumpriu seu cronograma que prevê sua interligação com a CESP no Vale da Ribeira?
5. Qual a estimativa, em termos de perdas em ICM, das áreas cultiváveis inundadas pelas hidrelétricas construídas ou em construção, nos últimos cinco anos no Estado do Paraná?

Consta, Sr. Presidente, que as usinas de Salto Santiago e Foz do Areia foram dimensionadas para gerar 3 milhões e 100 mil quilowates de energia e que apenas cinquenta por cento da mesma estão saindo de seus geradores. Se há sobras de energia qual seria a razão plausível para o dimensionamento dessas usinas? Afinal de contas o Paraná não possui terras agricultáveis, de sobra, para ceder em seu território. A se confirmar essa ociosidade energética as terras paranaenses foram sacrificadas por nada.

Quanto ao “linhão” de Itaipu gostaríamos de saber qual a razão pela qual o mesmo ainda não chegou ao local previsto. Sabemos que o seu correspondente da CESP, em São Paulo, está pronto para receber a energia naquele Estado. É preciso que estes fatos sejam esclarecidos.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES  
Deputado Estadual”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este requerimento que nesta oportunidade estamos endereçando à Mesa, para a apreciação deste Plenário, ele se justifica por duas razões, que são: o fato de que as usinas de Foz do Areia e Salto Santiago que segundo constam teriam sido construídas com uma capacidade de geração de 3 milhões e 300 mil kw, e na realidade apenas 50 por cento da sua capacidade é que está em funcionamento, com isto os outros 50 por cento estariam praticamente ociosos e os custos em investimentos destas duas usinas, estariam com essa ociosidade de metade de sua capacidade, prejudicando muito a economia do Estado do Paraná.

E a outra é de maior realce e de maior indagação.

Quando o Estado do Paraná, Estado de melhores terras, terras de melhor qualidade, vem ao longo desses anos cedendo áreas imensas de regiões produtivas, para a construção de hidrelétricas, nós temos o exemplo de Itaipu, uma usina que é

tida como a maior do mundo e que vai gerar 12 milhões e 600 mil kw, e para o Paraná, nenhum desses 12 milhões e 600 mil kw será destinado.

Então, a grande indagação é não só em se saber o que é que o Estado do Paraná tem feito no sentido de receber como indenização por essas imensas áreas de terras da melhor qualidade, que tem cedido a essas hidrelétricas.

Nós que somos da região Norte do Paraná, conhecemos de perto algumas hidrelétricas construídas pela CESP à margem do Rio Paranapanema e que para o Paraná, também nenhum kw será gerado, mas no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, milhares de alqueires de terras da melhor qualidade também têm sido inundadas por essas hidrelétricas e é o que consta, o Estado do Paraná não ter recebido por essas inundações nenhum centavo a título de indenização.

É com base nesta preocupação que estamos na tribuna, na qualidade de representantes de uma parcela significativa do povo do Paraná, para saber do Chefe do Executivo, General Ney Braga, informações precisas de como andam as coisas no que diz respeito às inundações decorrentes de hidrelétricas construídas às margens da divisa de nosso Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert.

O SR. GILBERTO AGIBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o arbítrio vem desmentir tantas declarações de fé democrática que caracterizam os discursos oficiais nos últimos tempos. Neste momento, na auditoria militar, está sendo interrogado um jornalista. Seu crime foi o de expressar suas opiniões sobre o momento em que vivemos e apontar as soluções que considera mais justas, democráticas e do interesse nacional para a grave crise brasileira.

O jornalista Juvêncio Mazzarollo, do jornal Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, foi enquadrado, pela segunda vez, na Lei de Segurança Nacional, neste ano. Os artigos 14, 33, 36 e 42, dessa lei, prescrevem penas que somadas vão a 20 anos de reclusão.

Ora, Srs. Deputados, ainda vivemos no País que leva às barras de tribunais militares aqueles que expressam a sua opinião. Ainda vivemos no País em que a liberdade de imprensa é ampla e irrestrita para a demagogia oficial. Quase nenhuma para os protestos do povo.

Não cabe analisar aqui as opiniões do jornalista Juvêncio Mazzarollo. O que devemos defender é o seu direito de expressá-las. Assim como se dá o direito pleno aos que estão no poder ou a eles associados de dizer e opinar mesmo contra a maioria da Nação. Juvêncio Mazzarollo não foi incurso na lei de imprensa, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A diferença não é grande, neste País em que, na verdade, se governa sem leis. Mas indica uma atitude: tomar como problema de segurança nacional toda a opinião que contraste com a política do regime.

Nestes dias, a imprensa comprometida com o regime deu amplo espaço ao que chamou de maturidade política nacional. Isto porque estava para ser cumprido um dispositivo constitucional de substituição de governantes que saíram do mesmo lugar, segundo a mesma fórmula de imposição. Que maturidade política é esta que demonstra o pavor do regime diante da opinião contrária? Que maturidade é esta que pede 20 anos de cadeia para o jornalista que publica e assina um artigo? Que maturidade é esta que policia opiniões? Que maturidade é esta, senhores, que faz sobreviver a Lei de Segurança Nacional, o código mais absurdo, autoritário, arbitrário, dos que se conhecem nos dias atuais?

O PMDB, como partido identificado com a democracia



plena, e certo de que a democracia não sobrevive sem direito de opinião, fica ao lado do jornalista, em defesa de seu direito de opinar. Vamos lutar para vencer esta batalha e ajudar a impedir que um homem de imprensa, por ter opinado, possa ser julgado e imputado em crimes que não são crimes em nenhum país democrático. São direitos e obrigações de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apucarana, como o Paraná, viveu uma das fases mais negras da sua educação, e porque não dizer, que ainda vive.

Sr. Presidente, por injunções políticas, o atual Governador do Estado do Paraná, nomeou como Diretor de uma Fundação Estadual de Ensino Superior, em Apucarana, o Sr. Waldir Marim, que foi seu Diretor durante algum tempo.

A corrupção se alastrou tanto; a corrupção tomou conta daquela Fundação Estadual, ao ponto de pedirmos, nesta Casa, a abertura de inquérito policial contra aquele Diretor. Esse mesmo Diretor lesou o Estado do Paraná em 15 milhões de cruzeiros, e cujas provas fazem parte deste processo que o Tribunal de Contas do Estado nos ofereceu para as providências. Um homem que teve a ousadia de fundar uma Universidade Estadual em Assis Chateaubriand e outra em Rondonópolis, envolvendo políticos da área governista, tanto do Paraná, quanto do Mato Grosso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou cansado de ler em jornais: "Delegado de Polícia pede preventiva para ladrão de galinha"; "Delegado de Polícia pede preventiva de pai de família que roubou botijão de gás", mas este lesou o Estado em 15 milhões de cruzeiros, que estão comprovados aqui, pelo órgão fiscalizador do Estado que é o Tribunal de Contas, que mandou cópia desse processo ao Sr. Governador do Estado, que mandou cópia desse processo ao Sr. Procurador do Estado do Paraná, para que abrisse o competente inquérito policial para pôr na cadeia esse ladrão de dinheiro do povo, ladrão de verbas que o Governo liberou àquela Fundação. Mas, para ele que não é ladrão de galinha, que não é ladrão de tostão mas de milhões, a preventiva não sai, o inquérito não anda. Parece que está encalhado numa areia movediça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Apucarana e a Fundação Estadual Ciências Econômicas pede uma providência do Governo do Estado, pede uma providência já da própria polícia porque é um caso de polícia. Hoje, o afastamento puro e simples do Diretor não satisfaz a comunidade e a juventude universitária de Apucarana.

O que queremos é que o responsável por esse roubo, que é um roubo, vá para os fundos das grades, para deixar o exemplo histórico de que aquele que rouba o povo deve lá permanecer, deve ser sacrificado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Diretor foi nomeado substituindo "protempore", o Sr. Waldir Marim. Mas, o vice-Diretor que, regimentalmente, já deveria estar no cargo, ainda não assumiu. Gostaríamos de perguntar ao Governo do Estado do Paraná, quais as razões que não se tomar as providências necessárias e cabíveis, para que o vice-Diretor que, regimentalmente deveria ter assumido, ainda não assumiu.

Quais as providências que o Sr. Secretário da Educação tomou e está tomando, para que chegue a bom porto, a condenação efetiva do Sr. Waldir Marim? Porque, sabemos perfeitamente, pelo que consta desse processo, que existe gente da Secretaria da Educação também envolvida e altamente comprometida com a bandalheira, com a corrupção que foi formada em Apucarana. Porque, aquela engrenagem não poderia funcionar sozinha, havia elos de ligações, e, isto, nós iremos provar no

momento oportuno, porque os indícios que o Tribunal de Contas do Estado nos oferece, o inquérito policial que não anda na Cidade de Apucarana, poderá esclarecer esses fatos. Pedimos ao Governo do Estado, através da sua representação nesta Casa, que, dê uma resposta à altura daquilo que estamos afirmando. Está comprovado, não é mais uma denúncia em supostos fatos, que houve uma corrupção, que houve realmente, no valor de 14 milhões, 454 mil, 851 cruzeiros e 60 centavos em que o Estado foi lesado pelo Sr. Waldir Marim e seus asseclas, lá em Apucarana!

Nós pedimos ao Governo do Estado e ao Sr. Secretário da Educação, uma resposta à altura das afirmações que aqui estamos fazendo, porque o povo de Apucarana e do Paraná, esperam essa resposta.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No calendário de nossas evocações mais orgulhosas e no cabedal imenso das glórias de nosso passado, todas as efemérides são, por certo, merecedoras de nosso preito e de ativa admiração.

Assim, fiel às tradições e ao civismo histórico, não poderíamos deixar de relembrar o transcurso da Semana Farroupilha.

Como um dos representantes do Sudoeste do Paraná nesta Casa de Leis e, sendo a região que aqui temos a honra de representar e cuja povoação, costumes e tradições em sua maioria são oriundos dos pampas, sentimo-nos na obrigação de associarmos-nos a esta que é uma das mais lembradas efemérides riograndense, e - por extensão - da numerosa colônia gaúcha radicada em nosso Estado.

Não pretendemos aqui discutir os méritos daqueles que lideraram o movimento farroupilha e nem a justeza e as aspirações de momento que motivaram a revolta que perdurou durante os anos de 1835 a 1845. A história se encarregará - como já está acontecendo - de justificar condignamente os farrapos.

Interessa-nos exaltar a tenacidade e a bravura com que os sulistas defenderam seus ideais.

E, alguns desses ideais como a libertação dos escravos, a segurança individual, o direito de propriedade, entre outros, não podem jamais serem contestados.

Relembrando a epopéia farroupilha, lembramo-nos de nossa índole pacífica, mas que não aceita injúrias e nem desdém; lembramo-nos dos cidadãos pacatos da vida civil, que quando necessário se transformam nos soldados intrépidos em defesa da honra do solo pátrio; lembramo-nos dos heróis e dos mártires que derramaram seu sangue em holocausto de causas nobres.

Que o idealismo farroupilha seja exemplo para nosso povo e principalmente à nossa juventude, que, acreditando no poder do trabalho e na labuta incessante pelo progresso, há de, nestes tempos de paz, felizmente, construir a Pátria com a qual todos sonhamos.

Nossa saudação, portanto, aos gaúchos e seus descendentes de todos os municípios paranaenses e brasileiros, que, com seu trabalho, também contribuíram para a grandeza e importância de nosso Estado no cenário nacional.

Saudações extensivas para todos os Centros de Tradições Gaúchas espalhadas por todo o Brasil e em especial para o que será criado neste final de mês no Município de Barreiras, o 1.º no longínquo Estado da Bahia e apadrinhado pelo CTG Sinuelo da Saudade de Realeza, neste Estado e que estará presente com a sua patronagem e grande número de peões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dentre todas as homenagens cívicas, nenhuma outra tem

tanto significado e tanta unidade de pensamento, de amor e de solidariedade, como aquela em que se cultua o amor ao solo pátrio, corporificado no sacrifício supremo da própria vida.

Daí porque, não fazemos nada mais do que o dever, ao cultuar, admirar e destacar os ideais pátrios dos brasileiros de ontem, pois é uma forma de estimular o patriotismo de hoje e incentivar aqueles que serão os patriotas de amanhã.

Com verdadeiros brasileiros de todas as origens e tradições históricas, construiremos o Brasil sonhado por todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O tema em questão, nos últimos dias, é relativo ao funcionário público posto em disponibilidade, porque chegou ao nível legal de ter prestado exaustivos anos de trabalho e adquiriu direito de ser remunerado sem que haja necessidade de prestação de serviços, - os chamados aposentados.

Em recente pronunciamento, ou um aparte concedido a este mesmo Deputado, o vice-Líder do Governo, no início do ano, proclamou que 1981 poderia vir a ser o ano dedicado aos inativos. Mas dentro do quadro de inatividade, até agora não houve uma preocupação mais objetiva por parte do Governo do Estado, mas que vem cedendo lugar às pressões em andamento por reiterados movimentos encetados, não só pelos documentos, levando aos administradores contemporâneos e os atuais detentores dos mandatos executivos, mas de um modo especial no Estado do Paraná.

A angústia que a família do aposentado vem passando nos últimos anos, é praticamente de violentação de natureza econômica e o esmagamento das suas possibilidades, de uma vida compatível, com a época em que foi aposentado.

Na mensagem, Sr. Presidente, encaminhada a este Poder para a consideração dos seus membros, fala o Governo, na mensagem, o seguinte: “É do conhecimento desta augusta Assembléia, que aos inativos foram concedidos ao longo dos últimos 10 anos, somente os reajustes de vencimentos normais, anualmente concedidos a todos os funcionários públicos do Estado. As leis que estabeleceram novas estruturas, visaram adequar as atividades, aproximando-se o quanto possível da oferta de mercado. Mas não cogitaram de atualizar o pessoal inativo. E a defasagem de rendimento do aposentado, e do funcionário em atividade, tem uma lacuna muito grande, que obriga hoje os inativos a se mobilizarem e promoverem uma pressão ao Governo do Estado, para alterar a forma de tratamento, com que confessadamente o Governo agora diz na sua Mensagem, estar esquecido, pelo menos nos últimos dez anos. E num recente pronunciamento que fizemos aqui desta tribuna, além dos inativos de um modo geral, mais uma vez o magistério de nível médio, as professoras e professores aposentados, pelo regime anterior ao Estatuto, os chamados professores do ensino médio, tem sido instrumento deste tipo de pressão salarial. E o que vem ocorrendo, Sr. Presidente, é que de ano para ano, independentemente da inflação, o funcionário, o professor e a professora aposentados, vêm suportando o peso da insensibilidade das atuais administrações. E nesse sentido, Sr. Presidente, buscando uma análise rápida do anteprojeto encaminhado pelo Poder Executivo a esta Assembléia, nós vamos deparar com incongruências até inaceitáveis.

Primeiro, para o professor de nível médio, nenhuma vantagem, nenhuma inovação e nenhum alento trouxe para esses mais de 2.200 inativos que estão aguardando há muito mais de 10 anos. E convém observar. Sr. Presidente, que no

último dia 14, houve uma passeata específica dos professores aposentados, visando tornar-se instrumento de reivindicação, porque outra fonte não há.

E esta passeata foi promovida em plenas ruas de Curitiba, retratada com grande relevo pela imprensa local e nacional.

Qual teria sido o fator de disposição a esses professores já aposentados, muitos já em idade avançada a irem às ruas pedir o apoio e a compreensão da opinião pública como uma forma de pressão ao Governo do Estado.

Ora, a mensagem proposta encaminhada à Assembléia, não trata do aposentado de nível médio, ou melhor, ao chamado professor de ensino médio, apenas cuida de melhorar a imagem do professor sem habilitação e do regionalista.

Já houve tempo, Sr. Presidente, que nós viemos a esta tribuna que outros Deputados já vieram também, buscando uma forma e adequar este anseio da classe aposentada do magistério com os seus vencimentos, porque ao lado da confissão do Governo de que nenhuma vantagem a não ser a correção por baixo da inflação galopante, nenhuma outra vantagem, nenhum outro corretivo teve o professor.

Aliás, o inativo de um modo geral, mais especificamente o professor inativo tem sido colocado na sargeta das considerações administrativas desses últimos anos.

E apesar das alegações e ponderações feitas pela área de recursos humanos do Governo, este professor de ensino médio, nenhuma vantagem terá se não forem acudidas em tempo a proposição de algumas emendas que poderá adequá-lo a este ajustamento.

E o pior, Sr. Presidente, que o Governo menciona na sua mensagem, no seu argumento, ele alinhava na sua justificativa que o Governo do Estado busca se estribar à propositura desta mensagem, deste anteprojeto, numa Lei Federal que trata dos mesmos problemas dos inativos.

Só que com relação ao professor especificamente com os professores nenhuma forma de benefícios ele está promovendo, ou pretende promover.

E o sistema de parâmetros usado pelo Governo Federal e arquiado na Mensagem do Governo do Estado, não tem sequer alguma correspondência.

E inclusive, Sr. Presidente, a argumentação busca fazer uma confusão léxica, trata de duas palavras cuja a sinonímia pretende o Governo botar guela abaixo dos Srs. Deputados, o termo provento e vencimento.

Ora, Sr. Presidente, todos nós que temos a pretensão de fazer incursões no Direito Administrativo, sabemos que há uma larga diferença entre um termo e outro. Porque provento, Sr. Presidente, “provento” é a incorporação ou a somatória de vencimentos com as vantagens, com todas as vantagens; e “vencimento” é apenas o nível que corresponde ao início de uma trajetória, de uma carreira do funcionário ao longo do tempo que é servidor.

Então, há uma diferença substancial, e, na Mensagem do Governo, quando pretende dizer, já no projeto de lei, no artigo II: “o funcionário aposentado em cargo de carreira, que posteriormente tenha sido reestruturada, terá seus proventos revistos com base no vencimento correspondente ao nível básico inicial da estrutura da carreira vigente”.

Então, o professor aposentado, já tendo prestado, pelo menos 30 anos de serviço, depois de estar colocado na inatividade; porque já prestou ao ensino do Estado, ao ensino do País, toda a sua juventude, a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho e que, no curso dos anos, adquiriu o direito de se aposentar e descansar, e que com os seus rendimentos adquiridos ao longo desses anos, poderia estar usufruindo um pouco das pretensões que, quando moço, não foi possível, vale dizer, desfrutar de rendimentos para poder esquecer um pouco as atribuições e sofrimentos do longo tempo que prestou esses serviços ao Estado, não pode, sequer sair para fazer ao menos



uma viagem a um parente em outro Estado, porque não há condição financeira de isto praticar.

E este artigo, Sr. Presidente, praticamente marginaliza o professor aposentado que, não tendo outra forma para tratar do inativo, joga-o com base no nível inicial de carreira — e nós sabemos que o professor, hoje, ao invés de estar ganhando, pelo menos, no seu nível inicial de carreira, que é o PA-1, a professora normalista, haveria de estar ganhando, hoje, Cr\$ 16.930,00 de básico inicial.

Nós sabemos que muitos professores com mais de 30 anos de serviço, recebem, hoje, em torno de Cr\$ 8.500,00.

Ainda recentemente, observando, Sr. Presidente, num contracheque de uma professora que deve ter, pelo menos, 65 anos de idade, depois de ter prestado metade de sua vida ao magistério, ao ensino, ganha o salário-mínimo!

Ora, Sr. Presidente, é desanimador o quadro que vive o professor aposentado. Já não vamos falar dos professores que estão ainda no exercício do Magistério, mas tenhamos um pouco, pelo menos, de sensibilidade, para o princípio de justiça, de que forma pode viver, não só o Magistério, mas especialmente as professoras que se habituaram, ao longo dos anos, à prática da leitura, do estudo, porque isso já está incorporado em sua vida, isso faz parte das pretensões de natureza interior de cada professor, um exercício permanente de acesso a livros e à cultura. Têm que fazer, no fim da vida, uma opção: ou continuar comendo, ou esquecer de que sabe ler.

E por essa razão, o artigo 1.º, do projeto relativo aos inativos, faz uma abordagem muito ampla e não trata especificamente do problema desses professores.

E o parágrafo primeiro, do artigo 2.º, se prende apenas à chamada jornada de trabalho, de 30 para 40 horas semanais.

E, no artigo 8.º, trata dos cargos de professor. Mas, não se refere ao professor do ensino médio que está em inatividade. E muito mais do que isso, quando tratávamos aqui, em 1976, do Estatuto do Magistério, era promessa do Governo de então, fazer uma adequação equitativa, justa, razoável, para os professores. Mas, numa outra sistemática legislativa que não o Estatuto do Magistério. Porque, esse Estatuto tratava, especificamente, do professor em atividade.

Já são quase seis anos, da vigência. E agora vem para a Assembléia esta Mensagem do Governo que nenhuma vantagem traz para o professor de ensino médio, inativo.

Então, é de se perguntar: estariam esses professores inativos, amparados por esse projeto de lei?

A nossa resposta, evidentemente, que seria não.

Não está contemplado neste projeto.

E por esta razão, mesmo invocando a projeto proposto pelo Governo, ele teve por princípio a Lei Federal n.º 6.703, de 26 de outubro de 1979.

E o artigo 1.º dessa lei, na qual o Governo diz ter se baseado, diz que os professores inativos terão os seus proventos com base nos vencimentos atuais da carreira que ocupavam no tempo da aposentadoria.

Agora, o que notamos é um tratamento discricionário. Porque, o Governo invoca uma lei federal, em seus argumentos, para mandar uma Mensagem à Assembléia Legislativa e, ao mesmo tempo, violenta o espírito dessa lei. O Governo ou pretende sofismar, ou pretende que os Srs. Deputados não tenham conhecimento da lei invocada pelo próprio Governo.

Sr. Presidente, vejo que a situação poderá ser dirimida, essa dúvida, a nível de Comissão Técnica, entretanto, Sr. Presidente, muitas vezes, nas Comissões Técnicas tem sido uma prática reiterada, de que, os pareceres são apenas atos formais, conclusivos, rápidos e receosos de entrar, muitas vezes até, no mérito da questão. E esta é uma falha tecnicamente muito grande, porque a Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, tem uma missão muito mais profunda do que dar parecer, tem a obriga-

ção constitucional, moral, cívica e patriótica, de, buscar a fundo as razões tanto do Estado como também da sua população e sobretudo dos seus servidores, no caso específico. E uma das formas que nós estamos vendo, é que, as Comissões Técnicas precisariam adentrar mais, ousar mais e atender a esses bolsões de reclamação que o Estado hoje vem absorvendo de uma forma frustrante. E o que pretendemos, Sr. Presidente, neste pronunciamento? É, fazer uma conclamação a todos os Srs. Deputados de todos os partidos, para, a nível de Comissão Técnica, observarem esses aspectos levantados: primeiro, que o projeto dos inativos não contempla com nenhuma vantagem o professor do ensino médio que está hoje aposentado. E não lhe dá, também, nenhuma garantia de reajustamento de acordo com a filosofia, ou melhor, com o espírito da lei federal, sobre a qual se embasou o Governo. Os professores inativos não foram também beneficiados com a reclassificação, e este, para mim, é um dos pontos fundamentais. Deveriam ser remanejados na reclassificação, para o cargo correspondente ao tempo da sua aposentadoria.

Quero concluir, Sr. Presidente. As alegações dadas pelo Governo na remessa homeopática de projetos para ir resolvendo aos poucos e às migalhas, inclusive me parece — é um juízo pessoal com o intuito de ir solucionando pela escada cada categoria de funcionários, para que não haja uma reintegração de interesse de todos, para reivindicar de uma única e só vez, com toda a força do funcionalismo, um comportamento mais digno por parte do Governo.

Sr. Presidente, a revisão periódica é necessário que se faça. E devo aqui para finalizar, Sr. Presidente, deixo aqui um apelo, um apelo que eu transmito com o mesmo sentimento, aquele sentimento patético que todos, quase todos os Srs. Deputados têm recebido de professores com idade já avançada, de que, sejam considerados como pessoas humanas que adquiriram o direito de ter um rendimento compatível com os serviços já prestados ao Estado, e sobretudo ao ensino.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Palmas da assistência).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã, parte da Praça Santos Andrade, a Marcha Cívica em defesa da educação. São professores universitários, estudantes em todos os níveis de ensino e toda a sociedade unida em torno desta questão. O descalabro a que chegou o sistema educacional em nosso País, e particularmente em nosso Estado, transformaram a educação numa das principais preocupações e aspirações de nosso povo. As greves de professores se sucedem. Nossos filhos estão sem aulas e se as tivessem, hoje, teriam péssimas aulas em precárias condições de ensino.

Os professores constituem uma das categorias profissionais que tiveram, como todos os trabalhadores brasileiros, seus salários desgastados pela inflação, pela alta constante do custo de vida, pela profunda exploração de todos aqueles que vivem de seu trabalho. Mas este é apenas um aspecto desta situação da crise educacional. Em verdade, o problema não diz respeito apenas aos salários dos professores. Diz respeito a todo o plano educacional, inspirado na política geral do regime que transformou esta necessidade fundamental em caos deseducador.

Gradativamente foram retiradas à educação as verbas orçamentárias, que já eram insuficientes, para relegar o ensino público, em todos os seus níveis, a uma indigência que se revela nos dados mais simples: sete milhões de crianças em idade escolar estão nas ruas, sem oportunidade de ensino. Aquelas que

chegam ao primeiro ano do primário são recebidas por uma escola em crise, incapaz de educar. Tanto é assim, que de cada três, duas não passam do segundo ano primário.

O caos permanece e se agrava nos níveis superiores. A universidade brasileira, instituição que se constituiu em terreno tão importante da resistência democrática nestes anos de arbítrio, foi sofrendo a ação derruidora de uma política educacional que procurou cumprir, por vários meios, o plano estabelecido pelo Ministério de Educação e Cultura e o órgão americano, USAID. Deste plano MEC-USAID saiu a universidade atual. O ensino público desagregado foi substituído pelo estímulo às faculdades particulares, às instituições privadas que formam mão-de-obra barata para as multinacionais.

Hoje, a universidade brasileira não serve aos interesses da Nação. Serve apenas ao projeto geral estabelecido em 1964 e que fez deste País um dos paraísos do capital monopolista estrangeiro. Já não formamos técnicos, profissionais, cientistas, para o País. Formamos para que sirvam aqueles que exploram a Nação.

A privatização foi possível com a retirada de verbas para o ensino público e a sua transferência, via subsídios e bolsas de estudo, às empresas educacionais que hoje cobram preços altíssimos, impedindo definitivamente o acesso das classes desfavorecidas.

A marcha cívica pela educação que se encaminhará ao Palácio do Governo para entregar, mais uma vez, sua apreensão e sua revolta aos responsáveis por esta situação, certamente repetirá reivindicações que o Governo está cansado de ouvir. Pedem os professores, os estudantes, a sociedade, 12% do orçamento para educação. Pedem também o fim do arbítrio nas relações internas na universidade brasileira. Pedem as condições para o estabelecimento de uma universidade nova, capaz de atender as expectativas de construção de um País em que o progresso seja medido pela satisfação das necessidades de seu povo.

O Governo não ouve. O Governo não quer ouvir. Porque seus compromissos não são com o povo que marcha exigindo providências imediatas. Seus compromissos são com aqueles que fizeram seus interesses se impor pela força de um regime autoritário. O Sr. Ney Braga, que foi Ministro da Educação no período em que as verbas para a educação sofreram suas reduções mais altas, certamente receberá os ecos das reivindicações com a ironia que caracterizam nossos governantes diante da vontade do povo.

Seu Secretário de Educação, Edson Machado, que vai ficando conhecido mais pelas soluções de ordem jurídica quando se trata de ameaçar os professores que fazem greve, e menos pelas soluções educacionais, afirmou que a única saída para a educação brasileira está em sua privatização. Ou seja, privatizar o que resta. E o Senhor Secretário de Educação não tem pejo em afirmar o que pensa. Sua declaração soa como escárnio diante dos milhões de brasileiros que não têm acesso à escola.

Mas esta é a solução do regime. Nós, do PMDB, ficamos mais uma vez com a solução que aponta o povo, a sociedade brasileira. Não compactuamos com o general Ludwig, com o General Ney Braga e seu Secretário. Queremos um País em que a educação seja direito e obrigação de todos e não uma fonte de lucros de empresários subsidiados pelo dinheiro público.

A marcha cívica em defesa da educação, que marcará em nosso Estado as manifestações nacionais, programadas pela Associação Nacional dos Docentes, é mais uma evidência de que o povo deste País já não espera soluções que venham do Governo. Sabem que é necessário exigir, apresentar as suas soluções, o seu caminho para o País. Porque dos generais instalados em palácios nada virá. Dos generais que se sucedem no Ministério de Educação só podem esperar benefícios os grandes grupos econômicos.

As respostas do Senhor Ney Braga já foram dadas à épo-

ca em que foi Ministro da Educação, na prática, retirando verbas, estimulando a privatização. É repetida agora pelo seu Secretário e porta-voz, Edson Machado, que afirma ser a privatização a única saída. E vai ficando claro, também para o povo, que com estes governantes as soluções que apontam não serão adotadas. E que é preciso mudar o governo também para mudar a educação.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Deputado Darcy Deitos, inicialmente quero cumprimentá-lo pela seriedade do assunto que mais uma vez é trazido à tribuna desta Casa e que lamentavelmente não tem a audiência que deveria ter, porque é um assunto que deve ser debatido por todos, já que a educação é uma obrigação de qualquer país em desenvolvimento, que dirá um país desenvolvido e quando fala em privatização, confesso a Vossa Excelência que fiquei bastante surpreso ao ler uma entrevista concedida pelo Sr. Secretário da Educação do Paraná, dizendo que a solução está na privatização. E surpreendeu-me porque conheço o Senhor Secretário da Educação, ainda que esteja ligado ao regime que conhecemos, é um homem de bons princípios e de bons conhecimentos também, é bom que se frise, na área da educação, mas a surpresa foi falar em privatização, quando sabemos que hoje quando ainda a privatização é pequena, mas já há uma grande elitização do ensino, quem dirá com as escolas totalmente privatizadas. Como fará aquele carente para chegar à escola?

E ao mesmo tempo em que se reduz o orçamento para a educação, nós sabemos que cresceu centenas de vezes o orçamento militar e para órgãos de segurança em nosso País. Há povos, Senhor Deputado, que crescem pela elevação do seu nível educacional, nível cultural, outros, submetidos a regimes ditatoriais, vem a degradação da cultura e de suas condições de projetar o futuro impedido pelas armas, e parece que esse é o nosso caso, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o seu aparte e incorporo essas suas colocações ao nosso modesto pronunciamento, porque Vossa Excelência retrata muito bem e eu iria mais além dizendo de que todo o esquema governamental é pela privatização, porque como tenho dito sempre, eminente Deputado, de que este Governo ensina o que o povo sabe, e toma o que ele não tem.

O Sr. Gilberto Agibert Filho — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Concedo o aparte ao Senhor Deputado Gilberto Agibert Filho.

O Sr. Gilberto Agibert Filho — Muito obrigado, Senhor Deputado.

Cumprimento Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz hoje nesta Casa, abordando o assunto de real interesse. Talvez o assunto de maior interesse hoje, neste País em que vivemos e gostaria de dizer as palavras de um filósofo que dizia o seguinte:

“Quando as idéias penetram, o espírito dos homens transforma-se em força material capaz de mudar o mundo”.

Aqueles que não querem mudanças, que querem a manutenção da miséria, da opressão, certamente estarão interessados em que o mínimo de idéias, o mínimo de informação, se transformem em forças materiais modificadoras pela força do povo. Por isto, talvez sejam contrários à manutenção de verbas para a educação. Mais fácil governar um povo ignorante quando se governa contra seus interesses. Este é o meu aparte, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço seu aparte, e também o incorporo a este nosso pronunciamento e cumprimento Vossa Excelência pelas colocações que fez, porque correspondem

Corresponde realmente aos meus objetivos e de nossa bancada.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

O problema é o seguinte, fiquei surpreso com as declarações do Sr. Secretário de Educação por uma razão só. Há alguns dias atrás, contestado sobre o número de alunos matriculados no segundo grau, em que dá uma preponderância total para a rede governamental, ele indagado... mas como o Sr. Secretário, se os nossos cursinhos são todos privados... e nós sabemos que a rede particular de cursinhos tem um número de alunos muito grande, as palavras foram dele: "Eu não considero cursinho, escola".

Nós que temos para nós que os "afamados" cursinhos são os atestados vivos da falência de nossa educação oficial, ficamos até entusiasmados quando disse, repito: "Não considero cursinho, escola". Vejo com surpresa que o Sr. Secretário agora está entusiasmado com a privatização do ensino, quando naquela oportunidade ele dava a entender o contrário.

Por isto, quando Vossa Excelência traz o assunto ao conhecimento desta Casa, fico francamente em dúvida, porque repito, ouvi do Sr. Secretário uma nota muito amarga contra uma parcela do ensino privado. Ele que agora pede a privatização do ensino.

O SR. DARCY DEITOS — Eminentíssimo Deputado Deni Schwartz, o que se nota é que os cursinhos, como disse Vossa Excelência, são os atestados do caos da educação oficialista neste País. E o que é pior, eminentíssimo Deputado, no interior do Estado e creio também que na Capital, os melhores colégios particulares que se sobrepõem evidentemente às escolas públicas custeadas pelo Governo, são de propriedade, na maioria das vezes, de Inspectores Regionais de Ensino. Porque lá na escola pública promoviam o caos, para valorizar a sua escola particular e cobrar mensalidades aviltantes, muito além das possibilidades dos filhos dos trabalhadores.

Era isto, Sr. Presidente e agradeço. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Tendo declinado, consulto a liderança do PTB. — (Declina).

Havendo declinado, no horário reservado ao PDS concedo a palavra ao nobre Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna, também é a educação. Não me sinto em condições de sequer fazer a defesa do Secretário Edson Machado, sobre a privatização do ensino superior, que teria sido preconizada por Sua Excelência, mas fico inteiramente à vontade para produzir um diálogo que tive há 72 horas, ao proferir uma palestra sem maiores pretensões, na faculdade de administração e economia de nossa Capital. Quando indagado por um aluno sobre a elitização do ensino superior em nosso País, este aluno observa que era obrigado a trabalhar das oito horas da manhã às seis da tarde, para poder estudar à noite, e ao mesmo tempo, afirmava que as universidades federais e que as faculdades individuais de municípios e do próprio Governo do Estado, gratuitamente estavam oferecendo o seu ensino a alunos que muitas vezes abastados, poderiam perfeitamente pagar aquele ensino. Não sou apologista da privatização da educação superior. Mas sou favorável a que se repense os padrões desta educação, porque via de regra, pela alta competitividade, nós observamos que nas Universidades Federais, têm acesso, os estudantes que podem se preparar nos cursinhos que proliferam por este País, pagando importâncias altíssimas enquanto que aqueles que vivem do primeiro e do segundo graus e até de uma estratégia de um verdadeiro auto-

didata para o preparo à Universidade, são obrigados a recorrer ao ensino particular. Hoje proibitivo quase pelo elevado custo das mensalidades e das anuidades. Então, repensar esta matéria, quer me parecer seja algo importante. E eu recomendaria, se me permite o ilustre Deputado Darcy Deitos, que aproveitasse a presença nesta Casa, ainda hoje, do Secretário Edson Machado, a partir das 17:00 horas. E que depois de discutirmos o problema do magistério com a sua greve, fizesse esta formulação, fizesse esta colocação ao Secretário, para que nós possamos realmente saber qual a sua opinião. Porque nós sentimos no aparte do ilustre Deputado Deni Schwartz, que há no entendimento de Sua Excelência uma controvérsia acerca desta matéria.

Mas, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui para reiterar a proposição que fizemos à Comissão de Instrução Pública nesta Casa, hoje pela manhã, que mais uma vez realizou proveitosa reunião, com a presença do Sr. Secretário de Educação. No sentido de que esta comissão venha a intermediar os interesses das partes em conflito, neste episódio, de uma greve do magistério do Paraná.

Para evitar o constrangimento das partes que estão em negociação, que esta Casa assuma o seu papel como tem assumido em algumas ocasiões. E possa significar a ponte entre o magistério e o Governo do Paraná. E as renúncias que por ventura venham a ser feitas por ambos os lados, não signifiquem nenhuma diminuição nem para os docentes nem para o Governo.

E mais, para que se estimule a existência desta conversa fraterna é que estamos aqui na Assembléia Legislativa, com a presença de Parlamentares da classe e com a presença do Secretário de Educação.

E gostaria também, Sr. Presidente, de anunciar à Casa que o Governo do Estado do Paraná, amanhã, através de ato formal do Governador Ney Braga, às 11:00 horas da manhã, transformará uma parte do abono aos servidores públicos do Paraná, em aumento num percentual de 30% para todos os servidores públicos paranaenses, claro, inclusive ao professor paranaense.

E isto significa, Sr. Presidente, uma conquista que realmente precisa ser exaltada ao mesmo tempo que é justo que se reconheça que um Governo que se propõe em formular e executar um programa eminentemente social, reconhece as dificuldades dos cem mil servidores do Estado.

E numa decisão inédita neste País, concede um aumento a partir de 1.º de outubro, sem que estejam inteiramente decorridos os doze meses para os quais o aumento de 1.º de janeiro deveria se estender.

Gostaria também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de manifestar o nosso posicionamento pessoal favorável à indicação de diretores às escolas públicas do Paraná, através de uma lista quintupla apontada por eleição livre pelos que integram os corpos docentes das escolas públicas paranaenses.

Esta é Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma das indicações do magistério paranaense que o Governo, também vê com tranquilidade, respeitada alguma condição dos atuais diretores e diretoras dessas mesmas escolas.

Por outro lado, o Partido Democrático Social, apresentou ao Plenário das Comissões de Educação, a proposta de incorporação para os efeitos dos proventos da aposentadoria, da gratificação de regência de que trata a Mensagem n.º 69/81, que tramita nesta Casa.

E ao mesmo tempo, deve-se aqui reconhecer a contribuição da Oposição, quando propõe que a mesma matéria seja emendada em seu artigo 2.º, estabelecendo um mínimo de meio por cento do valor inicial do Nível PA-1, para o estabelecimento, para a formulação da política que vai determinar o valor da gratificação de regência. E é neste clima de entendimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nós gostaríamos que esta Assembléia funcionasse permanentemente, não em proveito individual, ou em proveito partidário de qualquer das

facções com assento nesta Casa, mas em proveito de todos aqueles que dependem decisivamente do trabalho dos Srs. Deputados.

E sobre o que afirmou o Deputado Fidelcino Tolentino a cerca dos inativos do Estado do Paraná.

Vale aqui acrescentar que além de serem beneficiados agora com esta mensagem de aumento que o Governador do Paraná, Ney Braga assina amanhã, para encaminhamento nesta Casa. Tramita matéria específica que vai atender aos servidores inativos paranaenses.

Porque o PDS, também reconhece que muito fizeram estes homens e estas mulheres ao longo de muitos anos de trabalho, e que, no mínimo, são merecedores das nossas homenagens pelo muito que realizaram e pelo significado humano e profissional que têm para com este Estado.

Concedo aparte ao Deputado Jurandir Messias, que me havia solicitado. — (Não está em Plenário).

Então, concedo aparte ao Deputado Nestor Baptista. O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Ailton Cordeiro, eu gostaria de começar falando pela justificativa de Vossa Excelência quando fala a respeito da privatização do ensino, da qual Vossa Excelência não carrega a bandeira, como falou, mas aceita, em parte, para tentar justificar um absurdo que se comete.

A universidade deve ser privatizada, porque as universidades públicas só chegam aqueles que têm condições de estudar para o vestibular; têm condições de estudar em cursinho. E o raciocínio, me parece constrangedor...

O SR. AIRTON CORDEIRO — E não é só isto, Deputado Nestor Baptista, inclusive aqueles que tiveram a ventura de uma herança cultural melhor, e que pela herança cultural têm facilitado o seu acesso a uma universidade como a do nosso País, que abriga apenas 1% de toda a nossa população.

O Sr. Nestor Baptista — Permita-me continuar. Mas, os cursinhos também foram criados porque a escola é falha no seu segundo grau, e porque a escolha — e a escola pública está incluída na sua quase totalidade — não preparou para que o cidadão tivesse condições de chegar à Universidade, sem passar por verdadeiras arapucas que temos aí.

Mas, o que observamos é que o direito é transformado em privilégio, deduzindo as palavras do nobre Deputado.

E não propõe o Deputado, que se acabe com o privilégio, quando fala em privatização. Mas, a proposta parece-me que vem para preservar o privilégio, acabando-se com o direito. Este é o entendimento que nós tivemos, nobre Deputado, das palavras proferidas há pouco, nesta tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas não é privatização que vai se democratizá-lo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas não não estamos aqui preconizando a privatização. Nós estamos aqui propondo que se repense sobre a educação neste País. Esta é a nossa proposta. O que nós não podemos admitir é que aqueles que são obrigados a trabalhar das oito horas da manhã às seis da tarde, também se obriguem a pagar — e pagar muito — por um ensino universitário à noite. Enquanto que as nossas Universidades Federais e Estaduais, abertas de uma forma ampla aos estudantes, acabem se transformando num canal, por onde passam somente os privilegiados, seja pela herança cultural, seja pela elitização do próprio poder econômico de quem dispõe para se preparar melhor. É contra isso que estamos falando.

O Sr. Nestor Baptista — Mas o que acontece, não acontecerá com a privatização. Eu apenas termino, levando para o lado jurídico, onde Vossa Excelência também é mestre, como advogado, dizendo que, como o direito do voto, por exemplo, não é garantido na prática a todos os brasileiros que não podem nem eleger seu presidente, transformando-se essa prática, em privilégio dos poucos eleitores do sistema. E que, portanto, têm condições de, excluindo, definitivamente, o direito do

voto.

É, para o campo jurídico, a reformulação que faríamos. O raciocínio é bem de acordo com o espírito implantado desde há dezessete anos.

Vossa Excelência, me desculpe, mas não entendo que se possa privatizar o ensino porque será, aí sim, a formação ideal do privilégio, condenando-se o direito que todos temos de chegar à escola, de chegar às universidades.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Só gostaria que Vossa Excelência não colocasse em minha boca palavras que são proferidas por Vossa Excelência. Não estamos aqui defendendo a privatização do ensino.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que resta apenas um minuto para o término de sua oração.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente.

Estamos propondo que a Nação repense o Ensino Superior.

Ainda hoje, o Secretário da Educação informou a esta Casa que de um milhão e seiscentos mil alunos que ingressam no primeiro ano do primeiro grau, apenas sessenta mil o concluem.

Conseqüentemente, sessenta mil têm acesso ao segundo grau. Desses sessenta mil que ingressam no segundo grau, vinte mil o concluem.

E, hoje, o Paraná tem uma população universitária estadual de sessenta mil alunos em todas as séries. Então, veja Vossa Excelência, a gravidade desta matéria.

Por isso, a Educação precisa ser repensada sem nenhum passionalismo.

O Sr. Nestor Baptista — Isso há muito tempo, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A Educação precisa ser repensada, com muita tranqüilidade. E muito antes de 1964, Vossa Excelência pretende colocar na conta da Revolução esse atraso na educação? Não. O problema da educação brasileira vem de muito antes.

Recordo-me — e Vossa Excelência é da minha geração — recordo-me que para ingressar no então ginásio, fui obrigado a fazer exame de admissão. Então, houve uma evolução, hoje é automático. O primeiro grau absorveu o ginásio. A reforma que foi implantada em 72 permite, que haja esta ascensão automática.

Então, não se ponha à conta da Revolução essa deficiência. Esse é um aspecto que devemos incutir definitivamente. Temos que considerar herança cultural brasileira, desde o momento do descobrimento deste País.

O Sr. Nestor Baptista — Mas, ninguém quer resolver o problema.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Todos queremos resolver o problema. Acontece que não encontramos meios para isso.

O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado, me permita, o nosso atual Governador foi Ministro da Educação. Teve também, a oportunidade para repensar.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E fez muito pela Educação brasileira.

O Sr. Nestor Baptista — E quando a gente culpa, só para terminar, porque o seu tempo está esgotado...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pergunto a Vossa Excelência se está esgotado o tempo do orador, porque V. Exclência não anunciou, há alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, agradeço e não entendo a intromissão do Deputado Fidelcino Tolentino Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do

Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 29/81), que cria cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferida a solicitação, será procedida a verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/81.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/81.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 56/81, 69/81, 70/81 e 71/81.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 58/81 e 80/81 e de Resolução n.ºs 40/81 e 41/81.

Levanta-se a sessão.